

CONTROLE BIBLIOGRÁFICO NACIONAL E DEPÓSITO LEGAL: PANORAMA ATUAL DAS BIBLIOGRAFIAS NA AMÉRICA LATINA E COMPARAÇÃO COM ESPANHA E PORTUGAL

Aline dos Santos Drummond Xavier
Graduanda em Biblioteconomia e Documentação.
Universidade Federal Fluminense, Niterói,
Rio de Janeiro, Brasil.
santos_aline@id.uff.br
<https://orcid.org/0009-0008-4174-6833>

Gonzalo Rubén Alvarez
Doutor em Comunicação e Informação. Universidade
Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
gonzalo.alvarez@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0002-0677-5865>

RESUMO

Enquanto instrumentos de preservação da memória e patrimônio intelectual, as bibliografias são desenvolvidas pelas bibliotecas nacionais e procuram garantir o controle bibliográfico, por meio do depósito legal. Analisa o controle bibliográfico nacional na América Latina, incluindo a legislação vigente sobre depósito legal, a existência de bibliografias correntes e atualizadas e os requisitos legais dos países latino-americanos, comparando-os aos dos países ibéricos Espanha e Portugal, em termos de custódia das obras. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, em nível regional, pois analisa um conjunto de países ligados por aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. A situação atual de cada um dos 20 países que conformam o bloco regional foi analisada. Em grande parte da América Latina, o controle bibliográfico nacional é ineficiente e a legislação vigente sobre depósito legal desatualizada. Apesar da boa vontade de alguns países para tornar mais eficiente o controle bibliográfico, buscando-se aproximação dos países ibéricos Espanha e Portugal, ainda são necessárias diversas ações conjuntas em nível regional. A publicação de bibliografias identificadas é proveniente de iniciativas públicas ou privadas ou compiladas retrospectivamente na América Latina. A inexistência de uma bibliografia corrente e atualizada representa um problema que historicamente se alastra pela América Latina nos dias de hoje. Conclui que, o descumprimento da legislação, a falta de tradição, compromisso e interesse, caracterizado pela falta de políticas públicas de educação e cultura, prejudicam a manutenção e/ou atualização de bibliografias nacionais latino-americanas. A situação atual da Espanha e Portugal pode ser considerada um reflexo de iniciativas bem-sucedidas em andamento no contexto do controle bibliográfico nacional e depósito legal.

Palavras-chave: Bibliografia. Controle Bibliográfico. Depósito Legal. Biblioteca Nacional. América Latina.

NATIONAL BIBLIOGRAPHIC CONTROL AND LEGAL DEPOSIT: CURRENT OVERVIEW OF BIBLIOGRAPHIES IN LATIN AMERICA AND COMPARISON WITH SPAIN AND PORTUGAL

ABSTRACT

As instruments for preserving memory and intellectual heritage, bibliographies are developed by national libraries and seek to guarantee bibliographic control, through legal deposit. It analyzes the national bibliographic control in Latin America, including the current legislation on legal deposit, the existence of current and updated bibliographies and the legal requirements of Latin American countries, comparing them to those of the Iberian countries Spain and Portugal, in terms of custody of the construction. This is an exploratory and descriptive research, with a quali-quantitative approach, at a regional level, because it analyzes a set of countries linked by social, cultural, political and economic aspects. The current situation of each of the 20 countries that make up the regional bloc was analyzed. In much of Latin America, national bibliographic control is inefficient and current legislation on legal deposit is out of date. Despite the goodwill of some countries to make bibliographic control more efficient, seeking to approach the Iberian countries Spain and Portugal, several joint actions at the regional level are still necessary. Publications on identified bibliographies come from public or private initiatives or retrospectively compiled in Latin America. The lack of a current and updated bibliography represents a problem that historically spreads throughout Latin America today. It concludes that the non-compliance with the legislation, the lack of tradition, commitment and interest, characterized by the lack of public education and culture policies, undermine the maintenance and/or updating of Latin American national bibliographies. The current situation in Spain and Portugal can be considered a reflection of successful initiatives under way in the context of national bibliographic control and legal deposit.

Keywords: Bibliography. Bibliographic Control. Legal Deposit. National Library. Latin America.

1 INTRODUÇÃO

As bibliografias, como fontes de informação, representam índices, repertórios ou inventários bibliográficos (FONSECA, 1972), listas completas ou seletivas de documentos sobre um assunto específico ou diversos assuntos, listas periódicas de documentos recém-publicados (GUINCHAT; MENO, 1994). A palavra bibliografia surge recém em 1633, mas a atividade a que ela é associada remonta à Antiguidade, indicizar, repertoriar, inventariar, catalogar e todas as formas pelas quais as livrarias, bibliotecas e eruditos têm procurado agrupar informações sobre um assunto ou dentro de uma área do conhecimento (ARAÚJO, 2008).

O visionário, ativista da paz e advogado belga Paul Otlet, considerado o pai da Documentação, organizou em 1895, uma das principais bibliografias mundiais, conhecida como Repertório Bibliográfico Universal. Em parceria com seu colega Henri La Fontaine, Otlet cria o Instituto Internacional de Bibliografia com a intenção de tornar acessível todo o conhecimento registrado e publicado, utilizando na organização dos registros bibliográficos um sistema de classificação universal (ZAHER; GOMES, 1972; JUVÊNCIO, 2021).

As bibliografias como instrumentos de memória do conhecimento (PINHEIRO, 2015) registrado em um suporte informacional, podem “[...] conter registros de todo um país ou tentar informar todas as fontes sobre um tema [...]” (SOUZA, 2016, p. 217), diferenciando-se dos catálogos que apenas retratam o acervo bibliográfico impresso e/ou eletrônico disponível em cada biblioteca. As bibliografias objetivam divulgar o conhecimento acumulado em livros (ZAHER; GOMES, 1972), referenciar a produção bibliográfica de uma nação, constituindo-se em um registro intelectual da própria cultura nacional (FONSECA, 1972), possibilitar o rápido conhecimento de novas fontes informacionais para utilização ou desenvolvimento científico e tecnológico (ZAHER; GOMES, 1972).

As bibliografias podem ser constituídas por diversos tipos de documentos, além dos livros, incluindo artigos publicados em periódicos científicos, fotografias, mapas, *Compact Disc* (CD's), *Digital Versatile Disc* (DVD's) e trabalhos acadêmicos. Observa-se que, as bibliografias repertoriam não apenas documentos textuais, mas também não textuais, sendo o caso dos documentos iconográficos, audiovisuais, sonoros e informáticos. Cabe ressaltar que, nas bibliotecas, os documentos bibliográficos são classificados e organizados levando em consideração

a “[...] configuração que assumem de acordo com o sistema de signos usado na comunicação de seu conteúdo [...]” (BELLOTTO, 2002, p. 25).

Todas as obras intelectuais produzidas e publicadas (textuais e não textuais) por cada país devem ser submetidas ao depósito legal. O depósito legal “[...] é a obrigação que os editores têm de remeter certo número de exemplares dos documentos por eles produzidos a um organismo designado oficialmente para recebê-los e conservá-los (geralmente a biblioteca ou arquivo nacional para os documentos escritos) [...]” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 66).

Enquanto depositárias da produção intelectual dos países, as bibliotecas nacionais têm como missão custodiar, preservar, disseminar e controlar os materiais bibliográficos por meio do depósito legal vigente em cada um destes (SAMBAQUI, 1961). O depósito legal é, nesse sentido, essencial para a formação e manutenção das bibliografias por meio da inventariação bibliográfica, concebendo-se instrumentos de memória coletiva e patrimônio intelectual. As bibliografias representam coleções constituídas por diversos tipos e formatos de documentos, tornando-se vestígios de memória e passado intelectual que nem sempre nos pertenceu.

A iniciativa de custodiar, preservar, disseminar e controlar os materiais bibliográficos nacionais, como meio de preservação da memória coletiva e do patrimônio intelectual surge na França em 1537, com a promulgação da *Ordonnance de Montpellier* pelo rei Francisco I (URIBE; STEENKIST, 2005). Essa medida tinha como finalidade não só instituir o depósito legal de pelo menos um exemplar de cada obra publicada no país, como também estabelecer sanções aos impressores em caso de descumprimento da lei (LARIVIÈRE, 2000; URIBE; STEENKIST, 2005; RODRIGUES, 2017).

De acordo com Rodrigues (2017), a *Ordonnance de Montpellier*, visava não apenas a conservação de obras dignas de serem memoradas, mas também o estabelecimento do controle estatal sobre toda produção bibliográfica, de modo a identificar a propagação de ideologias divergentes ao regime em vigor. O rigoroso controle estatal sobre as publicações levou ao insucesso da institucionalização do depósito legal na época, visto o medo que muitos editores tinham de terem suas obras censuradas (RODRIGUES, 2017).

A popularização do depósito legal na Europa ganhou força a partir do século XVII com a promulgação de leis específicas na Espanha (1619), Alemanha (1624), Suécia (1661), Dinamarca (1697) e Finlândia (1702) (LARIVIÈRE, 2000; URIBE; STEENKIST, 2005; CÁCERES MARCKWORDT, 2008). Embora o depósito legal já fosse realidade em grande parte da Europa, Portugal só o instituiu em 1805 devido à total destruição de sua Real Biblioteca no grande terremoto e incêndio de Lisboa em 1755 (RODRIGUES, 2016, 2017).

Em contraste aos países europeus, percebe-se que, embora as bibliotecas nacionais tenham se expandido ao longo de todo século XIX, o depósito legal de publicações só se popularizou na América Latina no século XX, promovendo a geração de informações sobre seu estado bibliográfico (URIBE; STEENKIST, 2005). Ao longo da história, a legislação e os objetivos do depósito legal, associado ao controle bibliográfico nacional, sofreram mutações, perpassando pela preservação de livros para gerações futuras e pela consolidação de uma bibliografia como instrumento de memória e patrimônio intelectual (LARIVIÈRE, 2000).

No contexto latino-americano, estudos anteriores, perante a falta de políticas públicas de memória, desatualização das leis vigentes sobre depósito legal e problemas estruturais e financeiros, têm evidenciado as dificuldades para manter uma bibliografia nacional corrente e atualizada em nível de países: Argentina (TIRATEL, 2004; RODRIGUES, 2016, 2017), Brasil (FONSECA, 1972; GRINGS; PACHECO, 2010; JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2016; JUVÊNCIO, 2021), Colômbia (CADAVID-GÓMEZ, 2015), Nicarágua (GONZÁLEZ, 1992), limitando-se tão-só à manutenção de bibliografias retrospectivas, como no caso de Cuba (GARCÍA CARRANZA; JIMÉNEZ LÓPEZ, 1994; GARCÍA CARRANZA, 2004).

Em nível regional, as bibliografias nacionais não retratam a modernização da sociedade atual (HAZEN, 2004), pois, dentre outros motivos, se prioriza ainda o depósito legal de materiais impressos (KNUTSEN; MOVILLA LÓPEZ, 2004). Na América Latina, a perenidade das bibliografias nacionais depende da sua adequação ao entorno virtual (BEAUDIQUEZ, 2003), que inclui, por exemplo, o depósito legal de materiais audiovisuais (SAMBAÍNO, 2008).

No contexto latino-americano, de um modo mais amplo, é fundamental a celebração de convênios entre as instituições custodiadoras nacionais, haja vista a necessidade de revisão e atualização contínua da legislação vigente de forma conjunta (URIBE; STEENKIST, 2005; CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2019; GRINGS; JARAMILLO, 2019). Nessa conjuntura, a presente pesquisa busca ampliar as discussões sobre as bibliografias nacionais, não apenas por meio da reflexão dos princípios legais e jurídicos que permeiam o depósito legal, mas também da memória e do patrimônio intelectual e cultural na América Latina. Objetiva-se analisar a situação atual do controle bibliográfico nacional, regulamentado pelo depósito legal, nos países da América Latina. Como objetivos específicos, incluem-se: (a) analisar os requisitos e diretrizes da legislação vigente sobre depósito legal no contexto da biblioteca nacional de cada país, (b) verificar a existência de uma bibliografia nacional corrente e atualizada, (c) analisar comparativamente a realidade dos países da América Latina com a dos países ibéricos Espanha e Portugal.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva e informativa, analisando, especificamente, a situação atual do controle bibliográfico nacional, regulamentado pelo depósito legal, nos países da América Latina. A coleta de dados quali-quantitativos para análise incluiu três tipos de levantamentos: (1) legislação sobre depósito legal por cada país, (2) existência de bibliografia corrente e atualizada dos países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela); (3) existência de bibliografia corrente e atualizada dos países ibéricos Espanha e Portugal. Os laços culturais, históricos, políticos, econômicos e sociais com os países da América Latina motivaram a escolha da Espanha e Portugal. Os territórios dependentes da América Latina e Caribe, representados por Anguila, Aruba, Guadalupe, Ilhas Cayman, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens (Reino Unido), Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Martinica, Montserrat, Países Baixos Caribenhos, Porto Rico, Santo Bartolomeu, San Martinho, Sint Maarten, Geórgia do Sul e as Ilhas Sandwich do Sul, Guiana Francesa, Ilha Bouvet e Ilhas Malvinas (DADOSMUNDIAIS.COM, 2023), foram desconsiderados nas análises.

A constatação da existência (ou não) de bibliografias correntes e atualizadas e da compilação e publicação de bibliografias organizadas de forma retrospectiva nos países da América Latina e da península ibérica (Espanha e Portugal) exigiu a pesquisa nos próprios catálogos das bibliotecas nacionais, nas instituições de memória e documentos históricos e culturais de cada nação acessíveis por meio da Internet. Em alguns casos, a redação imprecisa da legislação sobre depósito legal e legislação correlata por cada país observado requereu uma análise mais cuidadosa do conteúdo, com base na interpretação pessoal, para determinar, com a maior precisão possível, aspectos legais relacionados com a alteração e/ou modificação de artigos de leis ou decretos (Quadro 1), tipos de obras publicadas depositáveis (Quadro 2), tipos de depositantes e número de exemplares a serem entregues para as entidades depositárias (Quadro 3) e publicação de bibliografias retrospectivas (Quadro 4). Casos de ambiguidade textual, coincidentemente, foram identificados em legislações mais antigas.

Os dados coletados para análise da legislação sobre depósito legal e iniciativas de compilação e publicação de bibliografias correntes e/ou retrospectivas latino-americanas e ibéricas (Espanha e Portugal) foram tratados e organizados com auxílio do programa de planilhas Google Sheets. Os dados tabulados no Excel corresponderam às variáveis: (a) legislação

sobre depósito legal e legislação correlata, (b) tipos de materiais memorados, (c) tipos de depositantes responsáveis pelo envio de materiais às bibliotecas nacionais, (d) quantidade de exemplares legalmente exigidos e (e) nome da bibliografia junto com a data da sua respectiva publicação. Os indicadores quali-quantitativos gerados referentes ao controle bibliográfico e depósito legal nos países da América Latina, Espanha e Portugal são apresentados em formato de quadros. O processo de coleta, organização e análise dos dados desta pesquisa encontra sustento teórico em estudos anteriores, cujo foco esteve na compilação de uma legislação bibliotecária sobre depósito legal na região da ALC (GRINGS; JARAMILLO, 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto social atual, percebeu-se que, assim como Espanha e Portugal, todos os países da América Latina possuem algum tipo de legislação relacionada ao depósito legal (Quadro 1). Apenas Bolívia, Brasil, Cuba, Peru e Venezuela dispõem de uma legislação específica. Argentina, Colômbia, Costa Rica, Haiti, Paraguai, República Dominicana e Uruguai o contemplam superficialmente em leis de direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre as obras publicadas. No Panamá, Equador, Nicarágua, México e El Salvador; o depósito legal está contemplado sucintamente em leis sobre educação, cultura, livro e bibliotecas. No Chile, Guatemala e Honduras, a lei de depósito legal está enquadrada em leis sobre liberdade de expressão ou pensamento. A dispersão do depósito legal dentre leis correlatas afeta a corporificação de uma bibliografia corrente e atualizada no contexto das bibliotecas nacionais (KNUTSEN; MOVILLA LÓPEZ, 2004).

Por meio da análise da sua legislação, percebeu-se que, boa parte dos países (Argentina, Chile, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai) não atende aos princípios básicos do depósito legal, isto é, a custódia, a preservação e o controle bibliográfico das publicações, inviabilizando a sua disseminação por meio de bibliografias correntes e atualizadas. Países como a Colômbia, Equador e México, por outro lado, têm se preocupado bastante com essa questão ao atualizarem e revisarem a sua legislação vigente. Tal decisão reforça o compromisso ético e social com o resguardo da memória e difusão do patrimônio intelectual nacional (LARIVIÈRE, 2000).

Quadro 1 – Legislação vigente sobre depósito legal nas BN's da AL, Espanha e Portugal

País	Legislação sobre depósito legal
Argentina	Lei nº 11.723/1933 ⁱ – Regime Legal de Propriedade Intelectual. Depósito Legal (art. 57-64) – Dispõe sobre o depósito de obras registradas. Lei nº. 25.036/1998 ⁱⁱ – Proteção da Propriedade Intelectual de Programas de Computador. Depósito Legal (art. 5, altera o art. 57 da Lei nº 11.723/1933) – Determina o depósito legal dos elementos e documentos de programas de computador.
Bolívia	Decreto Supremo nº 28.598/2006 ⁱⁱⁱ – Depósito Legal – Determina a conservação de bens que constituem patrimônio da nação (documentos sujeitos ao depósito legal).
Brasil	Lei nº 10.994/2004 ^{iv} – Depósito Legal – Determina o depósito legal de obras de natureza bibliográfica. Lei nº 12.192/2010 ^v – Depósito Legal de Obras Musicais – Determina o depósito legal de obras de natureza musical como partituras, fonogramas e videogramas musicais.
Chile	Lei nº 19.733/2001 ^{vi} – Da Liberdade de Opinião e Informação e do Exercício do Jornalismo. Depósito Legal (art. 14) – Determina o depósito legal de obras impressas, sonoras, audiovisuais ou eletrônicas. Lei nº 20.709/2013 ^{vii} – Depósito Legal de Obras Audiovisuais (art. único, altera o art. 14 da Lei nº 19.733/2001) – Modifica as normas sobre depósito legal de criações audiovisuais.
Colômbia	Lei nº 44/1993 ^{viii} – Direitos do Autor e Depósito Legal. Depósito Legal (art. 7) – Determina o cumprimento do depósito legal. Decreto nº 1.080/2015 ^{ix} – Regulamento Único do Setor de Cultura. Depósito Legal (Parte VIII – Patrimônio Bibliográfico, Hemerográfico, Documental e Arquivístico, Título I – Patrimônio Bibliográfico) – Dispõe sobre o depósito legal de obras impressas, audiovisuais e fonogramas. Lei nº 1915/2018 ^x – Modifica a Lei nº 23/1982 e estabelece outras disposições em matéria de Direitos do Autor e Direitos Conexos. Depósito legal (art. 28) – Determina o depósito legal de documentos audiovisuais, fonográficos ou videográficos e estabelece prazos e sanções em caso de descumprimento da lei.
Costa Rica	Lei nº 6.683/1982 ^{xi} – Direitos de Autor e Direitos Conexos. Depósito Legal (art. 106) – Determina o depósito legal de obras impressas ou de qualquer outra natureza em instituições determinadas por esta lei. Lei nº 8.686/2008 ^{xii} – Alteração, adição e revogação de várias normas que regulam assuntos relacionados à propriedade intelectual. Depósito Legal (art. 1, altera o art. 106 da Lei nº 6.683/1982) – Determina o depósito de um exemplar em cada uma das instituições depositárias e estabelece multa no caso de descumprimento da lei.

ⁱ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-11723-42755/texto>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ⁱⁱ Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/50000-54999/54178/norma.htm>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://derechodelacultura.org/archivos/25024>. Acesso em: 05 jul. 2023.

^{iv} Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10994.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

^v Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12192.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{vi} Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=186049>. Acesso em: 05 jul. 2023.

^{vii} Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1057536>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{viii} Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=3429>. Acesso em: 05 jul. 2023.

^{ix} Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=76833>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^x Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=87419>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xi} Disponível em: http://www.cerlalc.org/derechoenlinea/dar/leyes_reglamentos/Costa_Rica/Ley_6683.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

^{xii} Disponível em: <https://wipolex-res.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/cr/cr028es.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

País	Legislação sobre depósito legal
Cuba	Decreto Lei nº 265/1999 ^{xiii} – Depósito Legal – Estabelece normas e procedimentos para o depósito legal no país.
Equador	Lei nº 1/2016 ^{xiv} – Lei Orgânica da Cultura. Depósito Legal (art. 39) – Determina a finalidade da Biblioteca Nacional como depositária de livros e produções equatorianas. Decreto Executivo nº 1428/2017 ^{xv} – Regulamento Geral à Lei Orgânica da Cultura. Depósito Legal (art. 36) – Estabelece o funcionamento do depósito legal no país.
El Salvador	Decreto nº 808/1994 ^{xvi} – Lei do Livro. Registro de obras (art. 15) – Estabelece a obrigatoriedade de inscrição de todo livro impresso ou editado no Registro de Comércio e determina o envio de exemplares à Biblioteca Nacional, à Universidade de El Salvador e à Assembleia Nacional. Decreto nº 252/2019 ^{xvii} – Reforma da Lei do Livro. Registro de obras (art. 4, altera o art. 15 do Decreto 808/1994) – Estabelece a obrigatoriedade do depósito de livros no Registro de Propriedade Intelectual e determina o depósito legal de livros impressos ou editados às instituições mencionadas na legislação.
Guatemala	Decreto nº 9/1966 ^{xviii} – Lei de Emissão de Pensamento. Depósito Legal (art. 6) – Determina o funcionamento do depósito legal no país.
Haiti	Decreto 20/11/1984 ^{xix} – Direitos do Autor. Depósito Legal (art. 16/22) – Determina o funcionamento do depósito legal e estabelece normas e procedimentos para o seu cumprimento no país.
Honduras	Decreto nº 6/1958 ^{xx} – Lei de Emissão de Pensamento. Depósito Legal (art. 19) – Determina a obrigatoriedade de envio de toda publicação impressa às instituições determinadas pela lei.
México	Lei nº 1/2021 ^{xxi} – Lei Geral de Bibliotecas. Depósito Legal de publicações (cap. X) – Estabelece normas para o funcionamento do depósito legal e institui à Biblioteca do México, à Biblioteca do Congresso e à Biblioteca Nacional como instituições depositárias das obras estabelecidas pela lei.
Nicarágua	Lei nº 1.032/2020 ^{xxii} – Lei da Cultura. Depósito Legal (art. 36) – Determina o depósito legal de obras, produtos ou produções estabelecidos na lei.

^{xiii} Disponível em: <https://derechodelacultura.org/archivos/25063/decreto-265-de-1999-dep-legal-cuba>. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xiv} Disponível em: <https://www.gob.ec/regulaciones/ley-organica-cultura>. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xv} Disponível em: <https://www.gob.ec/regulaciones/1428-decreto-ejecutivo-reglamento-general-ley-organica-cultura>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xvi} Disponível em: <https://www.wipo.int/wipolex/es/legislation/details/3768>. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xvii} Disponível em: <https://www.jurisprudencia.gob.sv/DocumentosBoveda/R/2/1990-1999/1994/03/D4268.HTML?embedded=true>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xviii} Disponível em: https://www.mintrabajo.gob.gt/images/Documentacion/Leyes_Constitucionales/Ley_de_Emision_del_Pensamiento.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xix} Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/100176/note-informative-de-la-bibliotheque-nationale-dhaiti>. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xx} Disponível em: <https://vdocuments.mx/honduras-ley-de-emision-del-pensamiento-decreto-6-1958.html?page=2>. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xxi} Disponível em: https://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGB_010621.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xxii} Disponível em: <http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/b92aaea87dac762406257265005d21f7/dfb7d4cd73a27670062586400073b1d3?OpenDocument>. Acesso em: 06 jul. 2023.

País	Legislação sobre depósito legal
Panamá	Lei nº 47/1946 ^{xxiii} – Lei Orgânica de Educação. Depósito legal (art. 92) – Estabelece normas e procedimentos para o cumprimento do depósito legal por impressores estabelecidos no país. Decreto Executivo nº 305/2004 ^{xxiv} – Aprova o texto único da Lei nº 47/1946 – Lei Orgânica de Educação. Depósito legal (art. 151) – Estabelece normas e procedimentos para o cumprimento do depósito legal por impressores estabelecidos no país.
Paraguai	Lei nº 1.328/1998 ^{xxv} – Direitos do Autor e Direitos Conexos. Depósito Legal (art. 4) – Determina os tipos de obras protegidas pela lei de direitos autorais. Os autores só têm esse direito assegurado, a partir do momento que as obras são depositadas na Biblioteca Nacional. Decreto nº 5.159/1999 ^{xxvi} – Regulamenta a Lei nº 1.328/1998 – Direitos do Autor e Direitos Conexos. Depósito Legal (art. 19-26) – Estabelece procedimentos para o depósito de obras impressas, gráficas, plásticas e de elementos e documentos de programas de computador.
Peru	Lei nº 31.253/2021 ^{xxvii} – Depósito Legal. Regulamenta o depósito legal no país e estabelece a Biblioteca Nacional do Peru como instrumento para preservar e divulgar o patrimônio nacional bibliográfico, sonoro, visual, audiovisual e digital.
República Dominicana	Lei nº 65/2000 ^{xxviii} – Direitos do Autor. Depósito Legal (art. 156-161) – Determina a obrigatoriedade do depósito legal de obras impressas, fonográficas, audiovisuais, de elementos e documentos de programas de computador e estabelece sanções por descumprimento da lei.
Uruguai	Lei nº 13.835/1970 ^{xxix} – Prestação de Contas e Balanço de Execução Orçamentária. Ano Fiscal de 1968. Depósito Legal (art. 191-193) – Determina a obrigatoriedade do depósito legal de materiais impressos em todo território nacional. Decreto regulamentar nº 694/1971 ^{xxx} – Direitos Autorais. Depósito Legal (art. único, altera art. 191-193 da Lei nº 13.835/1970) – Determina o depósito legal de materiais impressos e estabelece multas por incumprimento da lei.
Venezuela	Lei nº 5.163/1997 ^{xxxi} – Depósito Legal – Regulamenta o depósito legal de produções bibliográficas e não bibliográficas impressas em papel ou outro material análogo, bem como outras produções não bibliográficas fixadas em material audiovisual e fonogramas no Instituto Autônomo Biblioteca Nacional.

^{xxiii} Disponível em: https://www.meduca.gob.pa/sites/default/files/2016-01/1946_ley_00047_25042_2004.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xxiv} Disponível em: <https://panama.justia.com/federales/decretos-ejecutivos/305-de-2004-may-4-2004/gdoc/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xxv} Disponível em: <https://www.bacn.gov.py/leyes-paraguayas/908/ley-n-1328-derecho-de-autor-y-derechos-conexos>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xxvi} Disponível em: http://www.sice.oas.org/int_prop/nat_leg/Paraguay/d515999.asp. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xxvii} Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/ley-que-regula-el-deposito-legal-en-la-biblioteca-nacional-d-ley-no-31253-1970219-2/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xxviii} Disponível em: https://www.aduanas.gob.do/media/2213/65-00_sobre_derecho_de_autor.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xxix} Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/13835-1970>. Acesso em: 06 jul. 2023.

^{xxx} Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/694-1971>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xxxi} Disponível em: <https://tugacetaoficial.com/leyes/reglamento-de-la-ley-de-deposito-legal-en-el-instituto-autonomo-biblioteca-nacional-gaceta-5163-1997-texto/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

País	Legislação sobre depósito legal
Espanha	<p>Lei nº 23/2011^{xxxii} – Depósito Legal – Estabelece normas e procedimentos para o depósito de documentos impressos, gráficos, sonoros, audiovisuais, eletrônicos e digitais em suporte tangível nas instituições depositárias definidas na lei de depósito legal.</p> <p>Real Decreto nº 635/2015^{xxxiii} – Depósito legal de publicações <i>on-line</i> – Estabelece normas e procedimentos para o depósito de páginas <i>on-line</i> nos centros de conservação.</p> <p>Lei nº 8/2022^{xxxiv} – Depósito Legal (art. único, modifica a Lei nº 23/2011) – Incorpora novas tipologias documentais ao depósito legal e dissocia os videogames dos materiais audiovisuais, criando uma categoria própria nas instituições depositárias.</p>
Portugal	<p>Decreto Lei nº 74/1982^{xxxv} – Depósito Legal – Dispõe sobre atualização do depósito legal aos novos formatos documentais e apresenta normas e procedimentos para torná-lo mais eficaz e menos burocrático.</p> <p>Decreto-Lei nº 74/2006^{xxxvi} – Ensino superior. Depósito Legal (art. 50) – Determina o depósito de dissertações e teses em formato impresso e digital na Biblioteca Nacional e no Observatório da Ciência e do Ensino Superior.</p> <p>Decreto-Lei nº 115/2013^{xxxvii} – Depósito Legal (art. 50, altera o art. 50 do Decreto-Lei nº 74/2006) – Determina a obrigatoriedade do depósito legal de 01 exemplar digital de dissertações e teses num repositório integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores com base na legislação vigente sobre depósito legal de cada país

Nos países ibéricos, a legislação vigente sobre depósito legal, Lei nº 23/2011 (Espanha) e Decreto Lei nº 74/1982 (Portugal), encontra-se fortemente alinhada com a custódia, preservação, disseminação, controle bibliográfico nacional, manutenção e atualização de bibliografias correntes. Ao contrário da realidade dos países ibéricos, nos países latino-americanos, busca-se garantir tão-só o depósito legal de exemplares e não a sua custódia e difusão (LARIVIÈRE, 2000). Os países latino-americanos com leis específicas sobre depósito legal têm maior aproximação com as legislações da Espanha e Portugal, ressaltando-se a importância da formação continuada da memória coletiva nacional e a identidade cultural das comunidades (CAMPELLO, 2006). Ao contrário do que acontece na Europa, a metade dos países latino-americanos sustentam legislações sobre depósito legal, defasadas e pouco adequadas aos novos formatos e suportes documentais, comprometendo as suas coberturas bibliográficas. As necessidades informacionais que, “[...] as novas tecnologias da comunicação têm trazido [...]”, demandam que, “[...] o depósito Legal [na América Latina] se amplie.” (URIBE; STEENKIST, 2005, p. 4).

Em relação aos tipos de depósito legal de obras publicadas (Quadro 2), observou-se que, pouco mais da metade dos países (Argentina, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras,

^{xxxii} Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2011-13114>. Acesso em: 05 jul. 2023.

^{xxxiii} Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2015-8338>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xxxiv} Disponível em: https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2022-7311. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xxxv} Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/515/decreto-lei-74-82-de-3-de-marco>. Acesso em: 05 jul. 2023.

^{xxxvi} Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/196333/decreto-lei-74-2006-de-24-de-marco>. Acesso em: 15 jul. 2023.

^{xxxvii} Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/310994/decreto-lei-115-2013-de-7-de-agosto>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai), restringem-se às publicações impressas. As evidências mostram o claro desajuste entre o depósito legal contemplado em leis correlatas atuais e vigentes nos países mencionados e o novo cenário contemporâneo, que inclui os documentos digitais.

A falta de uma legislação específica e atualizada sobre depósito legal em diversos países latino-americanos, atrelada aos novos suportes informacionais, formatos de arquivo e tipologias documentais, retrata negativamente um controle bibliográfico pouco representativo da produção intelectual, além de uma perpetuação de bibliografias nacionais que não refletem fielmente a memória individual e coletiva das nações.

Apesar das recomendações nacionais para atualização das normas sobre depósito legal na América Latina (CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EN AMÉRICA LATINA Y DEL CARIBE, 2019), nos últimos tempos, nenhum sinal de modernização foi detectado até o momento dentre os países acima mencionados. Em contrapartida, quase a metade dos países latino-americanos (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru e Venezuela), prevê a modalidade mista de depósito legal, isto é, publicações impressas e eletrônicas analógicas e/ou digitais. A falta de estrutura para a custódia, preservação e difusão de documentos digitais, no entanto, condiciona a ação das bibliotecas nacionais de alguns desses países, limitando-se ao depósito legal de suportes analógicos (materiais impressos publicados em geral).

Países como Chile, Colômbia e Peru são mais abrangentes, dado que o depósito legal de publicações eletrônicas inclui as *on-line* (textuais, visuais, sonoras, audiovisuais, multimídia ou digitais) (Quadro 2). A ampliação do controle bibliográfico nacional nesses três países demonstra um claro alinhamento às recomendações da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), *The International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e *Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y del Caribe* (CERLALC) para preservação da memória e patrimônio intelectual, abrangendo todos os tipos de publicações contemporâneas (impressas e eletrônicas analógica e digitais) em formato de livro, publicação seriada, microfimes, etc. (MADSEN, 1999).

Quadro 2 – Controle bibliográfico nacional nas BN's da AL, Espanha e Portugal

País	Controle bibliográfico nacional
Argentina	Documentos impressos: programas de computador (explicações de uso), produções científicas, literárias, artísticas ou didáticas, partituras, desenhos, mapas, fotografias (Lei nº. 25.036/1998 – art. 5).
Bolívia	Documentos textuais (manuscritos, impressos e/ou digitais): livros, folhetos, folhas soltas, publicações seriadas, literatura cinzenta, microformas e partituras. Documentos gráficos: desenhos, fotografias e mapas. Documentos sonoros e audiovisuais eletrônicos: CD-ROM, DVD, disquetes, vídeos (Decreto Supremo nº 28.598/2006 – art. 16-19).
Brasil	Documentos textuais (impressos): publicações em geral e publicações oficiais (Lei nº 10.994/2004 – art. 1 e 3). Obras musicais (eletrônicas analógicas e/ou digitais): partituras, fonogramas e videogramas musicais (Lei nº 12.192/2010 – art. 2).
Chile	Documentos textuais(impressos): livros. Documentos impressos e/ou eletrônicos analógicos e/ou digitais: publicações seriadas, gravações sonoras, materiais audiovisuais. Documentos digitais: criações cinematográficas (Lei nº 19.733/2001 – art. 13-14, Lei nº 20.709/2013 – art. único).
Colômbia	Documentos textuais (impressos): livros, folhetos e folhas soltas, publicações seriadas e partituras. Documentos gráficos: mapas e fotografias. Documentos sonoros, audiovisuais e microformas eletrônicos analógicos. Documentos digitais: arquivos de dados legíveis por computador (Decreto nº 1.080/2015 – art. 2.8.1.2).
Costa Rica	Documentos textuais (impressos): livros, publicações seriadas e partituras. Documentos gráficos: mapas e fotografias. Documentos sonoros e audiovisuais. Documentos eletrônicos analógicos e/ou digitais: arquivos de dados legíveis por computador (Lei nº 8.686/2008 – art. 1).
Cuba	Documentos textuais (impressos): livros, folhetos, folhas soltas, publicações seriadas e partituras. Documentos gráficos: mapas e fotografias. Documentos sonoros, audiovisuais e microformas eletrônicos analógicos. Documentos digitais: vídeos educacionais (Decreto Lei nº 265/1999 – art. 3).
Equador	Documentos textuais impressos (Lei nº 1/2016 – art. 39).
El Salvador	Documentos textuais (impressos): livros (Decreto nº 808/1994 – art. 15).
Guatemala	Documentos textuais (impressos): livros (Decreto nº 9/1966 – art. 6).
Haiti	Documentos textuais (impressos): livros (Decreto 20/11/1984 – art. 16).
Honduras	Documentos textuais (impressos): livros (Decreto nº 6/1958 – art. 19).
México	Documentos textuais (impressos e/ou eletrônicos analógicos e/ou digitais): livros, publicações seriadas, folhetos, folhas soltas e partituras. Documentos gráficos: mapas. Documentos sonoros, audiovisuais e microformas (Lei nº 1/2021 – art. 33-34).
Nicarágua	Documentos textuais (impressos): livros, programas de computador (explicações de uso) e material iconográfico. Documentos e elementos sobre obras audiovisuais (fonogramas) e cinematográficas (Lei nº 1.032/2020).
Panamá	Documentos textuais (impressos): livros, publicações seriadas, folhetos e folhas soltas (Lei nº 47/1946 – art. 92, Decreto Executivo nº 305/2004 – art. 151).
Paraguai	Documentos textuais (impressos): livros, publicações periódicas, folhetos e partituras. Documentos gráficos: mapas, desenhos e fotografias. Documentos sobre obras audiovisuais, incluindo as cinematográficas e sobre programas de computador (Lei nº 1.328/1998 – art. 4, Decreto nº 5.159/1999 – art. 19-26).
Peru	Documentos textuais (impressos e/ou eletrônicos analógicos e/ou digitais): livros, <i>e-books</i> , partituras, publicações seriadas, folhetos e folhas soltas. Documentos gráficos: mapas e plantas. Publicações eletrônicas <i>on-line</i> de acesso livre ou restrito (Lei nº 31.253/2021 – art. 5).

País	Controle bibliográfico nacional
República Dominicana	Documentos textuais (impressos): livros, material iconográfico e mapas. Documentos e elementos sobre obras audiovisuais (fonogramas), cinematográficas e programas de computador (Lei nº 65/2000 – art. 156-161).
Uruguai	Documentos textuais (impressos): livros, folhetos, publicações seriadas, material iconográfico, publicações oficiais, mapas e partituras (Lei nº 13.835/1970 – art. 191).
Venezuela	Documentos textuais (impressos): livros, folhetos, folhas soltas, literatura cinzenta, publicações seriadas e partituras. Documentos gráficos: mapas, desenhos e fotografias. Documentos audiovisuais (fotogramas) e cinematográficos (Lei nº 5.163/1997 – art. 3) e demais publicações analógicas e digitais em suporte eletrônico (BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA, 2020).
Espanha	Documentos textuais (impressos): livros, folhetos, folhas soltas, publicações seriadas, partituras e mapas. Documentos sonoros, audiovisuais e cinematográficos. Publicações eletrônicas em qualquer suporte tangível. Videogames, incluindo todos os conteúdos digitais. Publicações eletrônicas <i>on-line</i> de acesso livre ou restrito (Lei nº 8/2022 – art. 2).
Portugal	Documentos textuais (impressos): livros, publicações seriadas e partituras. Documentos gráficos: mapas, plantas e fotografias. Obras cinematográficas e microformas (Decreto Lei nº 74/1982 – art. 4). Teses de doutoramento e dissertações de mestrado em formato digital (Decreto Lei nº 115/2013 – art. 50).

Fonte: Elaborado pelos autores com base na legislação vigente sobre depósito legal de cada país

No que diz respeito ao depósito legal de publicações eletrônicas (analógicas e digitais), percebeu-se que, praticamente a metade dos países da América Latina (Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, México, Peru e Venezuela) está alinhada com as normativas adotadas pelos países ibéricos Espanha e Portugal (Quadro 2). O controle bibliográfico nacional deve estar sempre em ampliação, uma vez que “[...] a cada nova evolução técnica em matéria de suportes de informação deve ser acompanhada de sua inclusão no depósito legal num prazo mais ou menos curto desde sua popularização na sociedade.” (CORDÓN GARCÍA, 2006, p. [98]). Por outro lado, evidenciou-se que, uma boa parcela dos países (Argentina, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai) não possui um controle bibliográfico nacional tão abrangente quanto o dos países anteriormente mencionados, o que pode comprometer a plena representatividade e eficiência das suas bibliografias nacionais.

A inclusão de novos suportes e formatos documentais ao depósito legal em parte da América Latina ampliou a gama dos tipos de responsáveis pela entrega dos materiais às respectivas instituições depositárias. Observou-se que, além dos tradicionais editores e impressores, em países como Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela, a responsabilidade pela envio se estendeu aos produtores fonográficos, videográficos, audiovisuais, de publicações multimídia e de radiodifusão (Quadro 3). Em países como Bolívia, Costa Rica e Cuba essa responsabilidade se expande aos autores, artistas ou qualquer pessoa que publique no país. De acordo com a legislação

vigente, a quantidade de exemplares a serem incluídos no depósito legal pode variar de acordo com o tipo de documento (Quadro 3). A variabilidade no número de exemplares está diretamente relacionada aos objetivos de preservação do patrimônio, ao uso do material pelas gerações vindouras e aos limites da instituição ou instituições depositárias para salvaguardar as obras recebidas (CAMPELLO, 2006).

Quadro 3 – Depositantes e nº exemplares para depósito legal nas BN's da AL, Espanha e Portugal

Pais	Depositantes	Quantidade de exemplares
Argentina	Editores, repartições oficiais e instituições, associações ou pessoas que recebam subsídios do Tesouro Nacional da Nação (Lei nº 11.723/1933 – art. 57 e 64).	03 exemplares de toda obra publicada. 01 exemplar em tiragem com menos de 100 exemplares (Lei nº 11.723/1933 – art. 57).
Bolívia	Impressores, produtores executivos e autores autônomos (Decreto Supremo nº 28.598/2006 – art. 5).	05 exemplares de documentos textuais, gráficos, sonoros, audiovisuais e eletrônicos (Biblioteca Nacional e depositárias). 02 exemplares de documentos cartográficos e topográficos (Instituto Geográfico Militar). 01 exemplar de documento cinematográfico (Fundação Cinemateca Boliviana) (Decreto Supremo nº 28.598/2006 – art. 22).
Brasil	Impressores públicos ou privados (Lei nº 10.994/2004 – art. 5), editoras, produtores fonográficos e produtor videográfico (Lei nº 12.192/2010 – art. 3).	01 ou mais exemplares de todos os documentos editados ou produzidos no país (Lei nº 10.994/2004 – art. 2). 02 ou mais exemplares de cada obra musical editada ou gravada no país (Lei nº 12.192/2010 – art. 3).
Chile	Impressores e produtores (Lei nº 19.733/2001 – art. 13).	05 exemplares de todo impresso publicado no país. 02 exemplares de gravações sonoras, audiovisuais ou eletrônicas (Lei nº 20.709/2013 – art. único).
Colômbia	Editores, produtores de obras audiovisuais, produtores fonográficos e videogravadores (Decreto nº 1.080/2015 – art. 2.8.1.4).	04 exemplares de materiais impressos (02 exemplares para a Biblioteca Nacional da Colômbia, 02 exemplares para as instituições depositárias e 01 exemplar para a Biblioteca Departamental de onde o editor for originário). 01 exemplar de material audiovisual ou fonogramas apenas para a Biblioteca Nacional da Colômbia (Decreto nº 1.080/2015 – art. 2.8.1.4).
Costa Rica	Pessoas físicas e jurídicas, pública ou privada, responsável por reproduzir por meios impressos, magnéticos, eletrônicos, eletromagnéticos ou qualquer outro (Lei nº 8.686/2008 – art. 1).	01 exemplar de toda obra publicada no país para cada uma das instituições depositárias (Lei nº 8.686/2008 – art. 1).
Cuba	Editores, impressores ou qualquer entidade que publique em Cuba (Decreto Lei nº 265/1999 – art. 4).	07 exemplares de material impresso, gráficos, obras musicais impressas, microformas originais, edições em braile (Decreto Lei nº 265/1999 – art. 4). 03 exemplares de gravações sonoras, audiovisuais e em suporte digital (Decreto Lei nº 265/1999 – art. 5, p. 509).

Pais	Depositantes	Quantidade de exemplares
Equador	Editores (Decreto Executivo nº 1428/2017 – art. 36).	Exemplares que constituam 2,0% da tiragem total e pelo menos 10 exemplares de livros ou publicações impressas (Decreto Executivo nº 1428/2017 – art. 36).
El Salvador	Autores ou editores (Decreto nº 252/2019 – art. 4).	05 exemplares de cada livro impresso ou editado no país para cada instituição depositária (Decreto nº 252/2019 – art. 4).
Guatemala	Tipógrafos e litógrafos ou seus representantes legais (Decreto nº 9/1966 – art. 6).	01 exemplar de cada obra não periódica para cada instituição depositária (Decreto nº 9/1966 – art. 6).
Haiti	Autores, impressores e editores (Decreto 20/11/1984 – art. 18).	03 exemplares de todo material publicado no país pelo impressor. 02 exemplares de todo material publicado no país pelo autor (Decreto 20/11/1984 – art. 18).
Honduras	Impressores (Decreto nº 6/1958 – art. 19).	03 exemplares destinados à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional. 02 exemplares às demais instituições depositárias (Decreto nº 6/1958 – art. 19).
México	Editores e produtores (Lei nº 1/2021 – art. 37).	02 exemplares dos documentos contemplados pela lei e/ou 01 exemplar de documento em formato eletrônico, analógico ou digital para cada instituição depositária (Lei nº 1/2021 – art. 37).
Nicarágua	Autores, artistas, divulgadores das obras e produções protegidas por esta lei (Lei nº 1.032/2020 – art. 130).	02 exemplares ou reproduções das obras, produtos ou produções protegidas pela lei (Lei nº 1.032/2020 – art. 36). 01 exemplar de obras inéditas ou de programas de computador (documentações e elementos de programas de computador) (Lei nº 1.032/2020 – art. 45).
Panamá	Impressores (Decreto Executivo nº 305/2004 – art. 151).	02 exemplares de livros, publicação periódica, folhetos e folhas soltas para cada instituição depositária (Decreto Executivo nº 305/2004 – art. 151).
Paraguai	Editores e autores (Decreto nº 5.159/1999 – art. 25).	04 exemplares de obra impressa publicada (Decreto nº 5.159/1999 – art. 25). 01 exemplar de obras inéditas (Decreto nº 5.159/1999 – art. 26).
Peru	Editoras e entidades do Estado; produtores ou fabricantes de publicações multimídia e similares, produtores de conteúdo ou titulares de domínio na rede, organismos de radiodifusão (programas de rádio e televisão e autores autônomos) (edição própria) (Lei nº 31.253/2021 – art. 4).	04 exemplares de livros, folhetos e afins. 04 exemplares de publicações com tiragem inferiores a 50 exemplares. 01 exemplar eletrônico/digital/ <i>e-book</i> . 03 exemplares de publicação periódica. 03 exemplares de material especial ou qualquer outro suporte que registre informação criada ou a criar. 01 versão de material especial de programa de televisão ou rádio. 01 cópia de publicação eletrônica no formato disponibilizado ao público (Lei nº 31.253/2021 – art. 7).

Pais	Depositantes	Quantidade de exemplares
República Dominicana	Autores ou seus representantes, editores ou produtores das obras amparadas pela lei e de fonogramas (Lei nº 65/2000 – art. 156).	03 exemplares de documentos impressos. 03 exemplares de documentos fonográficos (Lei nº 65/2000 – art. 157). Em caso de documentos audiovisuais, basta o depósito de fotografias das cenas principais (Lei nº 65/2000 – art. 158). Em caso de programas de computador ou base de dados, basta o depósito de documentos com a descrição das funções, características dos programas de computador ou base de dados (Lei nº 65/2000 – art. 159).
Uruguai	Impressores (Lei nº 13.835/1970 – art. 191).	03 exemplares de livros impressos, publicações seriadas, mapas e publicações oficiais. 01 exemplar de partituras, material iconográfico, folhetos e folhas soltas (Lei nº 13.835/1970 – art. 191).
Venezuela	Impressores, editoras, produtoras e distribuidoras públicas ou privadas (Lei nº 5.163/1997 – art. 10).	03 exemplares de livros, partituras, publicações seriadas, folhetos e folhas soltas, material iconográfico e mapas. 02 exemplares de microformas. Até 25% das obras, produtos e produções do setor público. 02 exemplares de documentos sonoros. 01 exemplar de material audiovisual e cinematográfico (Lei nº 5.163/1997 – art. 21). 01 exemplar de demais publicações eletrônicas analógicas e digitais em suporte eletrônico (BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA, 2020).
Espanha	Editores. Caso o editor não possua domicílio no país, o depósito legal deverá ser efetuado por produtores, impressores ou tipógrafos que tenham domicílio permanente no país (Lei nº 23/2011 – art. 6). Produtos de documentos eletrônicos e centros de conservação (Lei nº 8/2022 – art. 5).	02 exemplares das primeiras edições e reedições de livros, folhetos e folhas soltas e recursos multimídia em que um dos suportes seja impresso. 01 exemplar de encadernação, caso haja mais de uma encadernação de uma mesma edição. 02 exemplares de partituras, publicações seriadas e mapas. 01 exemplar de publicações oficiais, livros educativos e de formação profissional, livros raros e artísticos. 01 exemplar de material iconográfico, microformas, material audiovisual e cinematográficos, publicações eletrônicas analógicas e digitais <i>off-line</i> , páginas <i>Web</i> e videogames (Lei nº 8/2022 – art. 2).
Portugal	Editores, tipógrafos (Decreto Lei nº 74/1982 – art. 4) e Instituições de Ensino Superior (Decreto Lei nº 115/2013 – art. 50).	14 exemplares de livros e publicações seriadas. 01 exemplar de partituras, folhetos e folhas soltas, material iconográfico, mapas, microformas, material audiovisual e cinematográfico ou cópia de edições com tiragem até 100 exemplares, edições de luxo com tiragem até 300 exemplares (Decreto Lei nº 74/1982 – art. 4). 01 cópia digital de teses e similares (Decreto Lei nº 115/2013 – art. 50).

Fonte: Elaborado pelos autores com base na legislação vigente sobre depósito legal de cada país

Em relação à diversidade de depositantes e número de exemplares para depósito legal, não se observam grandes diferenças entre a legislação dos países da América Latina e dos países ibéricos Espanha e Portugal (Quadro 3). No conjunto de países analisados, a quantidade

de exemplares exigida pela legislação sobre depósito legal visa atender aos critérios de preservação, à necessidade de uso da informação e os limites ambientais, materiais e humanos das instituições depositárias (CAMPELLO, 2006). A investigação nos próprios catálogos das bibliotecas nacionais, instituições de memória latino-americanas e documentos históricos indicou a presença de diversas publicações em formato impresso, CD-ROM e/ou digital de bibliografias provenientes de iniciativas públicas ou privadas ou compiladas retrospectivamente nos países da América Latina, abrangendo períodos variados (Quadro 4).

Quadro 4 – Publicação de bibliografias provenientes de iniciativas públicas ou privadas e bibliografias retrospectivas nas BN's da AL, Espanha e Portugal

Pais	Bibliografias provenientes de iniciativas públicas ou privadas e bibliografias retrospectivas
Argentina	Anuário Bibliográfico da República Argentina (1880-1889); Boletim Bibliográfico Argentino (1937-1950); Boletim Bibliográfico Nacional (1950-1972); Boletim Bibliográfico de Obras Inscritas (1973-1983) (TIRATEL, 2004; RUBÍ, 2022).
Bolívia	Bibliografia Nacional (1963-2001); Bibliografia Boliviana (2002-2020) (KNUTSEN; MOVILLA LÓPEZ, 2004; ARCHIVO Y BIBLIOTECA NACIONALES DE BOLÍVIA, 2023).
Brasil	Boletim das Aquisições mais Importantes feitas pela Bibliotheca Nacional (1886-1888); Boletim Bibliographico da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro (1918-1921); Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional (1931, 1938, 1945, 1951-1967); Bibliografia Brasileira (1941-1959, 1996-1997 em CD-ROM); Bibliografia Brasileira Corrente (1956-1967) (FONSECA, 1972; JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2016).
Chile	Anuário da Imprensa Chilena (1885-1974); Bibliografia Chilena (1979-1981) (BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE, 2023).
Colômbia	Anuário Bibliográfico Colombiano (1951-1952, 1957-1958, 1962, 1976, 1984, 1995); Bibliografia Colombiana (até 1799, 1800-1899, 1900-1999, 2000-2015) (BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA, 2023).
Costa Rica	Bibliografia Costarricense (1998-1999, 2003, 2007, 2009-2011, 2014, 2022); Bibliografia Nacional Costarricense (2015-2019) (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS DE COSTA RICA, 2023).
Cuba	Notas para o Estudo das Letras e a Instrução Pública em Cuba (1861) (GARCÍA CARRANZA; JIMÉNEZ LÓPEZ, 1994; GARCÍA CARRANZA, 2004); Revista de Cuba e o Curioso Americano (1841-1899) (GARCÍA CARRANZA, 2004); Gap Years ou Lacuna Bibliográfica (1917, 1920-1921, 1924-1925, 1932-1933, 1936) (GARCÍA CARRANZA; JIMÉNEZ LÓPEZ, 1994; GARCÍA CARRANZA, 2004); Anuário Bibliográfico Cubano (1937-1959) (GARCÍA CARRANZA; JIMÉNEZ LÓPEZ, 1994); Bibliografia Cubana (1961, 1967-1968, 1971-1980, 1981-1989, 1990-1999) (GARCÍA CARRANZA; JIMÉNEZ LÓPEZ, 1994; KNUTSEN; MOVILLA LOPEZ, 2004).
Equador	Não foram identificadas bibliografias retrospectivas.
El Salvador	Não foram identificadas bibliografias retrospectivas.
Guatemala	Bibliografia Guatemalteca (1944); Bibliografia Guatemalteca dos Séculos XVII e XVIII (1960); Bibliografia Guatemalteca e Catálogo Geral de Livros, Folhetos, Periódicos e Revistas (1961-1963); À Luz dos Livros: Bibliografia Guatemalteca Comentada (1984-1985) (STANFORD LIBRARIES, 2023).

Pais	Bibliografias provenientes de iniciativas públicas ou privadas e bibliografias retrospectivas
Haiti	Não foram identificadas bibliografias retrospectivas.
Honduras	Não foram identificadas bibliografias retrospectivas.
México	Não foram identificadas bibliografias retrospectivas.
Nicarágua	Bibliografia Nacional Nicaraguense (1986-1987) (BIBLIOTECA DEL PODER LEGISLATIVO DEL URUGUAY, 2023a).
Panamá	Não foram identificadas bibliografias retrospectivas.
Paraguai	Não foram identificadas bibliografias retrospectivas.
Peru	Anuário Bibliográfico Peruano (1945-1946, 1948-1949, 1951, 1954, 1957, 1959, 1961, 1964, 1967, 1969, 1975) (BIBLIOTECA NACIONAL DEL PERÚ, 2023a); Bibliografia Peruana (2017-2019) (BIBLIOTECA NACIONAL DEL PERÚ, 2023b).
República Dominicana	Anuário Bibliográfico Dominicano (1948) (CATÁLOGO COLECTIVO DE LA RED DE BIBLIOTECAS DE LOS ARCHIVOS ESTATALES, 2023a).
Uruguai	Bibliografia Biblioteconômica e Bibliográfica do Uruguai 1964-1969 (1970); Livros uruguaios: Produção Editorial Registrada com ISBN: 1991-1995 (1996) (BIBLIOTECA DEL PODER LEGISLATIVO DEL URUGUAY, 2023b).
Venezuela	Anuário Bibliográfico Venezuelano (1944-1977) (CATÁLOGO COLECTIVO DE LA RED DE BIBLIOTECAS DE LOS ARCHIVOS ESTATALES, 2023b).
Espanha	Bibliografia Espanhola (1959-2006 em papel, 1976-2006 em CD-ROM) (BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA, 2023).
Portugal	Boletim de Bibliografia Portuguesa (1935-1987); Bibliografia Nacional Portuguesa (1995-2001, 2002-2009) (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 2023).

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados apresentados no Quadro 4 retratam os esforços dispensados pelos países para manterem bibliografias nacionais correntes e atualizadas no contexto do depósito legal e controle bibliográfico da América Latina. Infelizmente, não passam de iniciativas isoladas, permeadas pela falta de tradição e descumprimento das leis vigentes. A situação é bastante diferente nos países ibéricos Espanha e Portugal, cujas bibliografias nacionais são elaboradas a partir de todas as obras que entram diariamente nos seus acervos bibliográficos, estando disponíveis em formato digital *on-line* nos seus respectivos sites institucionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa trouxe um panorama geral da situação atual do controle bibliográfico, regulamentado pelo depósito legal, na América Latina. Analisaram-se as especificações das legislações vigentes nos países latino-americanos e seu impacto na manutenção e atualização de uma bibliografia nacional, enquanto instrumento representativo da memória individual e/ou coletiva e do patrimônio intelectual. Em mais de um aspecto avaliado, ficou evidenciado que, em grande parte da América Latina, o controle bibliográfico nacional é ineficiente, haja vista

a falta de leis nacionais específicas sobre depósito legal em número suficiente e a restrição da cobertura documental apenas a materiais impressos. A permanência da situação atual pode representar um prejuízo significativo no tocante à elaboração e manutenção de bibliografias nacionais, uma vez que continuaria abrindo lacunas irreparáveis na preservação da memória e do patrimônio intelectual e cultural, tendo em vista as gerações futuras.

Os resultados corroboraram que, no último tempo, houve uma mudança tênue de comportamento dos países latino-americanos em nível regional no que diz respeito à observância dos critérios e diretrizes do depósito legal para o controle bibliográfico nacional na América Latina, dado que quase a metade deles atualizaram suas leis (específicas e/ou correlatas) ou promulgaram decretos complementares. Nesses países, a cobertura documental busca contemplar a maioria das publicações em curso no âmbito do seu território nacional, independente do suporte, formato e/ou tipo de documento, estando de acordo com a promoção da elaboração e manutenção de bibliografias correntes, atualizadas e representativas da memória individual e/ou coletiva e do patrimônio intelectual e cultural.

De modo geral, a legislação específica sobre depósito legal de alguns países latino-americanos está alinhada com a legislação dos países ibéricos Espanha e Portugal, que zela pela custódia, preservação, disseminação e controle bibliográfico de toda e qualquer obra publicada em território nacional, incluindo as publicações digitais. No marco investigativo, verificou-se a inexistência de toda e qualquer uma bibliografia corrente e atualizada nos países latino-americanos, representando um problema que historicamente se alastra pela América Latina nos dias de hoje. Apesar da existência de uma legislação sobre depósito legal e da boa vontade dos países da América Latina para tornar mais efetivo e eficiente o controle bibliográfico nacional, adequado às novas tecnologias, ainda são necessárias diversas ações em nível regional.

A manutenção e/ou a falta de uma bibliografia corrente e atualizada nacional pode simbolizar a invisibilidade do patrimônio intelectual e cultural, o apagamento da memória e identidade de uma nação. A identidade está diretamente relacionada com a memória e o patrimônio. O sentimento de continuidade permite que a sociedade se reconstrua através das lembranças, se transforme e produza novos conhecimentos com base no legado intelectual e cultural das gerações passadas, inviabilizando a prática consciente ou inconsciente do esquecimento.

Perante os desafios sociais contemporâneos, em torno da problemática da produção, disseminação e compartilhamento de notícias falsas e da desinformação, desrespeito à ciência e à cultura, é necessário discutir ações plausíveis capazes de reverter a atual situação, perante

a falta de manutenção, atualização e disseminação de bibliografias nacionais correntes na América Latina. Os esforços dispensados até agora, embora válidos, parecem não ser suficientes para manter e/ou atualizar de forma periódica, bibliografias nacionais, simbolizando tão-só iniciativas isoladas no contexto atual do depósito legal e controle bibliográfico regional.

Tais iniciativas são permeadas pela falta de tradição e descumprimento das leis vigentes sobre depósito legal, tanto por parte das editoras, que não enviam os exemplares para as instituições custodiadoras oficiais, para não arcar com os custos de envio e/ou por causa do desconhecimento sobre a existência da legislação em vigor, deixando de assumir a sua função como depositante, quanto por parte dos responsáveis da custódia dos documentos. A situação atual toma outra dimensão quando o desinteresse institucional e/ou governamental, caracterizado pela falta de propostas e ações de políticas públicas de educação e cultura, é evidenciado no contexto dos países latino-americanos, contrariamente ao que acontece nos países ibéricos (Espanha e Portugal) que foram analisados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, André de. **Dos livros e da leitura no Claustro**: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (Sécs. XVI-XVIII). 2008. 343 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10022009-124405/pt-br.php>. Acesso em: 05 fev. 2023.
- ARCHIVO Y BIBLIOTECA NACIONALES DE BOLÍVIA. **Bibliografía boliviana 2020**. Sucre: ABNB, 2022. Disponível em: https://www.archivoybibliotecanacionales.org.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=251&Itemid=169. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BEAUDIQUEZ, Marcelle. Perdurabilidad de las bibliografías nacionales en el nuevo entorno virtual de la información. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 69, 2003, Berlin. **Anais [...]** Berlin: IFLA, 2003. Disponível em: http://origin-archive.ifla.org/IV/ifla69/papers/142s_trans-Beaudiquez.pdf. Acesso em 29 mar. 2023.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BIBLIOTECA DEL PODER LEGISLATIVO DEL URUGUAY. **Bibliografía Nacional Nicaragüense**. Montevideu: Biblioteca del Poder Legislativo, 2023a. Disponível em: https://pmb.parlamento.gub.uy/pmb/opac_css/index.php?lvl=notice_display&id=55493. Acesso em: 21 mar. 2023.
- BIBLIOTECA DEL PODER LEGISLATIVO DEL URUGUAY. **Bibliografía bibliotecológica y bibliográfica del Uruguay 1964-1969**. Montevideu: Biblioteca del Poder Legislativo, 2023b. Disponível em: https://pmb.parlamento.gub.uy/pmb/opac_css/index.php?lvl=notice_display&id=48027. Acesso em: 21 mar. 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **Anuario de la Prensa Chilena**. Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2023. Disponível em: http://descubre.bibliotecanacional.gob.cl/primo-explore/search?query=any,contains,Anuario%20de%20la%20Prensa%20Chilena&tab=bnc_tab&search_scope=bnc_completo&vid=BNC&offset=0. Acesso em: 27 mar. 2023.

- BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA. **Bibliografía Colombiana**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia, 2023. Disponível em: https://catalogoenlinea.bibliotecanacional.gov.co/client/es_ES/bc/?rm=BC0%7C%7C%7C1%7C%7C%7C4%7C%7C%7Ctrue. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA. **Bibliografía española**. Madrid: BNE, 2023. Disponível em: <https://www.bne.es/es/servicios/informacion-bibliografica/bibliografia-espanola>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Sobre a Bibliografia Nacional Portuguesa**. Lisboa: BNP, 2023. Disponível em: <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/sobre>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA. **Gestión del depósito legal**. Caracas: Biblioteca Nacional de Venezuela, 2020. 1 vídeo (6min08seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cq2kunTJUiE>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DEL PERÚ. **Catálogo del Patrimonio Cultural Bibliográfico**. Lima: BNP, 2023a. Disponível em: <https://catalogocolectivo.bnp.gob.pe/Externo/BusquedaCatalogoColectivo>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- BIBLIOTECA NACIONAL DEL PERÚ. **Bibliografía Peruana**. Lima: BNP, 2023b. Disponível em: <https://www.bnp.gob.pe/colecciones/bibliografia-peruana/>. Acesso em: 21 mar. 2023.
- CÁCERES MARCKWORDT, Júlio César. **La emisión de la ley del depósito especial de obras bibliográficas**. 2008. 111 p. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Ciências Jurídicas y Sociales, Universidad de San Carlos de Guatemala, Guatemala, 2008.
- CADAVID-GÓMEZ, Beatriz. El depósito legal en Colombia en el ámbito del control bibliográfico nacional. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, n. 1, v. 38, p. 81-90, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/84905>. Acesso em: 19 mar. 2023.
- CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006.
- CATÁLOGO COLECTIVO DE LA RED DE BIBLIOTECAS DE LOS ARCHIVOS ESTATALES – CCBAE. **Anuario Bibliográfico Dominicano**. Madrid: CCBAE, 2023a. Disponível em: <http://www.mcu.es/ccbae/en/consulta/registro.do?control=BAB20060046567>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- CATÁLOGO COLECTIVO DE LA RED DE BIBLIOTECAS DE LOS ARCHIVOS ESTATALES – CCBAE. **Anuario Bibliográfico Venezolano**. Madrid: CCBAE, 2023b. Disponível em: <http://www.mcu.es/ccbae/en/consulta/registro.do?control=BAB20060038085>. Acesso em: 24 mar. 2023.
- CENTRO REGIONAL PARA EL FOMENTO DEL LIBRO EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – CERLALC. **Recomendaciones para la actualización de las normas sobre depósito legal en América Latina**. Colômbia: CERLALC, 2019. Disponível em: <https://cerlalc.org/publicaciones/recomendaciones-para-la-actualizacion-de-las-normas-sobre-deposito-legal-en-america-latina/>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- CORDÓN GARCÍA, José Antônio. El depósito legal y los recursos digitales en línea. In: JORNADA SOBRE BIBLIOTECAS NACIONALES: LAS BIBLIOTECAS NACIONALES DEL SIGLO XXI, 1., 2006, Valencia. **Anais [...]** Valencia: Biblioteca Valenciana, 2006. p. 97-114. Disponível em: https://core.ac.uk/display/11887217?utm_source=pdf&utm_medium=banner&utm_campaign=pdf-decoration-v1. Acesso em: 10 fev. 2023.
- DADOSMUNDIAIS.COM. **América**. 2023. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/index.php>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia Brasileira Corrente: evolução e estado atual do problema. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-14, 1972. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21082>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- GARCÍA CARRANZA, Araceli. La bibliografía nacional como sistema de repertorios bibliográficos para el estudio de la cultura cubana. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 70., 2004, Buenos Aires. **Anais [...]** Buenos Aires: IFLA, 2004. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla70/papers/075s-Carranza.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

- GARCÍA CARRANZA, Araceli. García; LÓPEZ, Xonia. Jiménez. Contribución de la Biblioteca Nacional de Cuba a la bibliografía corriente y retrospectiva. *In: IFLA GENERAL CONFERENCE*, 60., 1994, Havana. **Anais** [...] Havana: IFLA, 1994. Disponível em: <http://origin-archive.ifla.org/IV/ifla60/60-gara.htm>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- GRINGS, Luciana; JARAMILLO, Camilo Andrés Páez. Legislação bibliotecária na região LAC: especificidades do depósito legal. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 55-65, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/5053>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- GRINGS, Luciana; PACHECO, Stela. A biblioteca nacional e o controle bibliográfico nacional: situação atual e perspectivas futuras. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 77-88, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42321>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- GONZÁLEZ, Fidel Coloma. Biblioteca Nacional de Nicaragua. **Boletín ANABAD**, Espanha, v. 42, n. 3-4, p. 301-313, 1992. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=224193>. 16 mar. 2023.
- GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. As bibliografias e as obras de referência: a literatura secundária. *In: GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. Introdução geral às ciências e técnicas da informação*. Brasília, DF: IBICT, 1994. p. 65-73. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4524111/mod_resource/content/1/Livro%20Guinchat%20e%20Menou.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.
- HAZEN, Dan. La bibliografía nacional en un mundo globalizado: el caso de América Latina. *In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS*, 70., 2004, Buenos Aires. **Anais** [...] Buenos Aires: IFLA, 2004. Disponível em: https://archive.ifla.org/IV/ifla70/papers/158f_trans-Hazen.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.
- JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A bibliografia nacional brasileira: histórico, reflexões e inflexões. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 165-182, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118769/116240>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Uma política bibliográfica brasileira? O percurso histórico e político da bibliografia nacional no Brasil. **Bibliothecae**, v. 10, n. 2, p. 113-137, 2021. Disponível em: <https://bibliothecae.unibo.it/article/view/14068/13579>. Acesso em: 28 mar. 2023.
- KNUTSEN, Unni; MOVILLA LÓPEZ, Francisca. **Encuesta sobre la situación de las bibliografías nacionales en América Latina**. Haia: IFLA, 2004. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/survey-on-the-state-of-national-bibliographies-in-latin-america/>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- LARIVIÈRE, Jules. **Legislación sobre depósito legal**: Diretrizes. Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000121413_spa?posInSet=1&queryId=63409486-96bc-4912-a76c-e3d7333a423d. Acesso em: 11 fev. 2023.
- MADSEN, Mona. Nuevas recomendaciones para la bibliografía nacional: ICNBS 1998. *In: CONSELHO E CONFERÊNCIA GERAL DA IFLA*, 65., 1999, Bangkok. **Anais** [...] Bangkok: IFLA, 1999. Disponível em: <https://origin-archive.ifla.org/IV/ifla65/papers/015-123s.htm>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Do Instituto Internacional de Bibliografia ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação: as bibliografias como memória do conhecimento e reflexos das ideias de Otlet no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 63-85, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23125>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- RODRIGUES, Marcia Carvalho. **Bibliotecas nacionais e a preservação do patrimônio documental bibliográfico no âmbito dos países do MERCOSUL**: estudo sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina. 2016. 173 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6197>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- RODRIGUES, Marcia Carvalho. Análise da lei de depósito legal brasileira sob a ótica de Larivière (2000). **Biblos**, Rio Grande, v. 31, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6992>. Acesso em: 16 fev. 2023.

- RUBÍ, Eduardo L. La bibliografía como un arte olvidado. **Anuário sobre Bibliotecas, Archivosy Museos Escolares**, v. 2, n. 1, 2022. Disponível em: <https://cendie.abc.gov.ar/revistas/index.php/abame/article/view/1541>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- SAMBAÍNO, Samira. Depósito legal de materiales audiovisuales: la situación latinoamericana. *In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS*, 74., 2008, Québec. **Anais [...]** Québec: IFLA, 2008. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla74/papers/095-Sambaino-es.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.
- SAMBAQUI, Lídia. A missão das bibliotecas nacionais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 91, n 1-3, p. 39-52, 1961. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4096>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS DE COSTA RICA – SINABI. **Bibliografía nacional**. Costa Rica: SINABI, 2023. Disponível em: <https://sinabi.go.cr/biblioteca%20digital/bibliografia/Bibliografia%20Nacional.aspx#.ZE65ET3MLrc>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- SOUZA, Willian Eduardo Righini de. O catálogo editorial e a bibliografia como fontes de pesquisa: avanços e desafios na era digital. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 202-223, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/111431>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- STANFORD LIBRARIES. **Bibliografía guatemalteca**. Califórnia: Stanford Libraries, 2023. Disponível em: https://searchworks.stanford.edu/?search_field=search&q=bibliograf%C3%ADa+guatemalteca. Acesso em: 20 mar. 2023.
- TIRATEL, Susana Romanos de. La bibliografía nacional Argentina: una deuda pendiente. *In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS*, 70., 2004, Buenos Aires. **Anais [...]** Buenos Aires: IFLA, 2004.
- URIBE, Richard; STEENKIST, Robert Max. **El depósito legal en los países de Latinoamérica en 2005**: su vigencia y normatividad. Estadísticas comparativas. Bogotá: CERLALC, 2005.
- ZAHER, Célia Ribeiro; GOMES, Hagar Espanha. Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1>. Acesso em: 16 fev. 2023.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

- **Reconhecimentos:** A pesquisa contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Edital PIBIC/CNPq/UFF 2022/2023 – Projeto IC220263).
- **Financiamento:** Este estudo foi financiado pela agência de fomento brasileira Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Edital PIBIC/CNPq/UFF 2022/2023 – Projeto IC220263).
- **Conflitos de interesse:** Não se aplica.
- **Aprovação ética:** Não se aplica.
- **Disponibilidade de dados e material:** Os dados estão sendo utilizados em outras análises do Projeto IC220263 e serão disponibilizados assim que a pesquisa PIBIC/CNPq/UFF for finalizada.
- **Manuscrito publicado como *preprint*:** Não se aplica.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:

Contribuição	Xavier, A. S. D.	Alvarez, G. R.
Concepção do estudo	X	
Conceitualização	X	X
Metodologia	X	X
Coleta de dados / investigação	X	X
Curadoria de dados	X	
Análise dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	X
Rascunho original	X	X
Revisão e edição final	X	X
Supervisão e administração		X
Aquisição de financiamento		X

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI)** direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLICADOR

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Presidente do Corpo Editorial

Angélica C. D. Miranda, Universidade Federal do Rio Grande, FURG.

Editora da Revista

Maria Helena Machado de Moraes, Universidade Federal do Rio Grande, FURG.

Editor Associado

Nivaldo Calixto Ribeiro, Universidade Federal de Lavras, UFLA.

Assistente de Editor

Luan Soares Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Revisor da língua portuguesa

Os Autores.

Revisor de referências

Os Autores.

HISTÓRICO:

Recebido em: 30/04/2023

Aceito em: 19/07/2023

Publicado em: 13/11/2023

Este formulário foi elaborado a partir das boas práticas sugeridas pela SciELO no seu formulário de conformidade com a Ciência Aberta e pelos formulário de Notas da Obra dos periódicos científicos: Encontros Bibli, AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento e do formulário Credit da Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.